



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpeleção Escrita

### **A reforma do mecanismo de consulta deve seguir os rumos e princípios da transparência e da democratização**

O estabelecimento continuado dos mecanismos de consulta democráticos, abertos e transparentes favorece a promoção da plena participação do público. Se as opiniões da população puderem ser transmitidas de forma eficaz e sem barreiras, podem contribuir para quebrar a noção de supremacia do Executivo, reestabelecendo a comunicação entre este e os cidadãos, e antecipando a eliminação de conflitos e divergências que possam surgir com as políticas públicas, por isso, trata-se de algo que só favorece e nada prejudica a governação.

Apesar da nossa sociedade ser pequena, a RAEM já criou mais de 45 organismos consultivos, dos quais 18 estão sob a tutela da Secretária para os Assuntos Sociais e Cultura. Mais, o Governo lança, anualmente, várias consultas públicas de acordo com as “Normas para a Consulta de Políticas Públicas” publicadas pelo Despacho do Chefe do Executivo n.º 224/2011, e as datas disponíveis no segundo semestre deste ano para realizar consultas públicas já estão todas marcadas, para consultas que têm a ver com a definição das habitações para a classe sanduíche, o projecto de construção da linha leste do Metro Ligeiro, o Projecto do Plano Director Urbanístico de



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Macau, a produção da lei sindical, o planeamento do ensino superior, e o planeamento a médio e longo prazo da política de juventude, entre outras.

Foram realizadas muitas consultas públicas, mas a qualidade e os resultados não corresponderam, portanto, o público espera que, ao lançar uma consulta, o Governo pense não só na quantidade, mas também na qualidade. Por isso é que, no Relatório das Linhas de Acção Governativa para o ano de 2020, se faz referência à “melhoria do mecanismo e sistema organizacional de consultas com vista à maximização do grau de participação social, da eficácia da consulta sobre políticas”. A Secretária para a Administração e Justiça também afirmou que a melhoria dos organismos consultivos é uma parte importante da reforma da Administração Pública.

— Ao fim e ao cabo, as dúvidas residem no método de constituição e na distribuição das competências entre o grande número de organismos consultivos existentes, porque há falta de transparência no seu funcionamento diário, e quase todos os seus membros, que são centenas, são nomeados à porta fechada por uma só pessoa, que é o Chefe do Executivo. Assim, o público muito pouco sabe sobre esses organismos consultivos que estão estreitamente relacionados com a vida da população, nomeadamente com matérias como assuntos municipais e comunitários, habitação pública, transportes, educação, saúde, etc., e muito menos sobre se esses organismos conseguem fazer reflectir, ao máximo, as opiniões do público e o consenso social nas políticas públicas, de grande e pequena escala.

Pelo exposto, usando do poder em matéria de fiscalização, consagrado



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

na Lei Básica da RAEM e no Regimento da Assembleia Legislativa, e solicitando que me seja dada, nos termos do artigo 15.º do Processo de interpelação sobre a acção governativa, uma resposta escrita dentro de 30 dias a contar do recebimento, pelo Chefe do Executivo, da presente interpelação, interpelo o Governo da RAEM sobre o seguinte:

1. No segundo semestre do corrente ano, vão ser realizadas muitas consultas públicas sobre políticas fundamentais, pelo que o Governo deve maximizar as funções específicas da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública e, de acordo com os princípios e normas das “Normas para a Consulta de Políticas Públicas”, rever e coordenar a calendarização das diversas consultas, no sentido de evitar sobreposições excessivas. Como é que vai fazê-lo? As referidas Normas foram publicadas há cerca de 9 anos, por isso, o Governo deve ponderar substituí-las por um regulamento administrativo ou até por uma lei, com vista a reforçar a eficácia das consultas públicas a realizar pelos diversos serviços públicos. Vai fazê-lo?
2. Ao longo dos anos, as reuniões do Conselho do Planeamento Urbanístico têm sido realizadas à porta aberta, com assistência do público e com transmissão directa através da internet, o que contribui para a concretização dos princípios da transparência e da promoção da participação do público, consagrados na Lei do Planeamento Urbanístico. Assim, o Governo deve seguir este bom exemplo, estendendo de forma gradual esta forma de reunião aos demais



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

organismos consultivos, nomeadamente, ao Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais, aos três Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários, ao Conselho de Desenvolvimento Económico, ao Conselho Permanente de Concertação Social, ao Conselho para o Ensino Não Superior, ao Conselho do Património Cultural, ao Conselho para os Assuntos de Habitação Pública, ao Conselho Consultivo de Trânsito, e ao Conselho de Renovação, entre outros que se relacionam estreitamente com a vida da população. Vai fazê-lo?

3. Neste momento, quase todos os membros dos organismos consultivos são nomeados pelo Chefe do Executivo, e a composição destes organismos baseia-se principalmente no método tradicional de nomeação dos membros provenientes das associações e, mais a mais, o mecanismo de auto-recomendação (por exemplo, o do Conselho Consultivo para os Assuntos Municipais), em número reduzido, também não funciona de forma transparente, e tudo isto põe gravemente em causa a aceitabilidade e a eficácia dos órgãos consultivos em geral. No passado, muitas políticas mereceram o apoio absoluto dos organismos de consulta, mas, depois da sua implementação, geraram uma grande polémica na sociedade. Assim, o Governo deve, a título experimental, deixar que parte dos membros de alguns organismos consultivos seja eleita pelo público ou pelos respectivos interessados, por exemplo, pode deixar que parte dos membros dos três Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários seja eleita pelos eleitores recenseados da Zona



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

Norte, da Zona Central e das Ilhas; e que parte dos membros do Conselho de Educação para o Ensino Não Superior seja eleita de entre os docentes. Isto vai ser feito?

16 de Junho de 2020

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
Sou Ka Hou**